VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

TREZE TIROS: VIOLÊNCIA E CRIME EM CLARICE LISPECTOR

Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães*
Ed Carlos de Sousa Guimarães**

1. INTRODUÇÃO

Clarice Lispector (1920-1977) [1] nasceu na Ucrânia, mas foi naturalizada brasileira, pois veio muito pequena com a sua família para o Brasil; tudo indica que fugindo da Guerra Civil Russa (1918-1920). No Brasil, viveu em Maceió/ AL, Recife/ PE e Rio de Janeiro/ RJ.

Ingressou, em 1939, no curso de Direito na Universidade do Brasil, porém, sua grande paixão sempre foi a Literatura. Estudou Literatura. Casou-se com Maury Gurgel Valente, com quem teve dois filhos, Pedro e Paulo Lispector Valente. Como Maury Valente era diplomata, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, Clarice Lispector o acompanhou em seus trabalhos, morando em outros países como Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Suíça. Separando-se do marido em 1959, retornou ao Brasil com seus dois filhos. E decidiu viver da literatura como profissão.

* Profª. Ma. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Curso de História. E-mail: izavangui@hotmail.com

** Prof. Dr. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Curso de Ciências Sociais. Tutor do Programa de Educação Tutorial – PET Ciências Sociais/ UNIFAP. E-mail: edcarlos@unifap.br

1 Os dados biográficos de Clarice Lispector aqui presentes estão disponíveis no Instituto Moreira Sales. Disponíveis em http://claricelispectorims.com.br/Facts. Acesso em 01. 11. 2014.

A vida de Clarice Lispector foi marcada por muitas angústias: a morte da mãe doente em 1930 quando a escritora tinha apenas nove anos; a morte inesperada do pai dez anos depois; os conflitos com os princípios religiosos do judaísmo; a permanente viagem e estada do marido no exterior e sua obrigação em acompanhá-lo; a esquizofrenia do filho mais velho; o acidente (incêndio) que sofrera em 1966, que quase provocou a amputação de sua mão direita; a descoberta do câncer no ovário em estado de metástase o que a levou à morte em 09 de dezembro de 1977. Nenhuma dessas tragédias foi o suficiente para conter o desejo incomensurável de Clarice pela literatura, o desejo de viver *da* e *para* a literatura, o que lhe rendeu a analogia com Kafka.

Ler Clarice Lispector é estar em suspenso. Do chão. E de si mesmo. Para em seguida, retornar ao mundo e à existência, marcado para sempre. Definitivamente, os escritos clariceanos não são perfumaria. Impossível se desvencilhar dos seus mistérios e provocações; impossível, enfim, sair ileso após penetrar no mundo de Lispector.

Assim o é com a leitura de "Mineirinho" (1962; 1978). Um texto muito improvável e produzido no olho do furacão: a autora de "A Hora da Estrela" (1977) produziu a crônica após tomar conhecimento do assassinato de José Miranda Rosa, o Mineirinho, ocorrido no dia 1º de maio de 1962, assaltante carioca e fugitivo da justiça. A publicação do texto se deu um mês depois do assassinato na Revista Senhor, com o título *"*Uma [sic!] grama de radium – Mineirinho".

Após empreender fuga do manicômio judiciário do Rio de Janeiro/ RJ onde deveria cumprir pena de 104 anos de prisão, Mineirinho passou a ser perseguido por cerca de trezentos policiais. A desproporcionalidade está posta desde a perseguição: um único fugitivo e trezentos agentes da ordem. O resultado da ação: o "bandido" foi encontrado morto cravejado de balas na estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ. O assaltante havia sido morto pela polícia.

Em 1º de maio de 1962, a morte de Mineirinho foi estampada nos principais jornais cariocas. Era o fim do assaltante mais famoso do momento (ROSENBAUM, 2010). Essa interrupção brutal de uma existência foi o ponto de partida para Clarice Lispector empreender uma escrita desestabilizadora do real, ao problematizar o assassinato, por agentes da repressão, de um homem, de alcunha "Mineirinho".

Muitas lendas rondam a figura de Mineirinho. Dizia-se, por exemplo, que o assaltante possuía sete vidas; que era considerado pelos moradores da favela da

Mangueira, onde morava, um verdadeiro herói: um "Robin Hood"! Daí que após os assaltos os próprios moradores tratavam de escondê-lo da Polícia carioca. O fato é que o enterro de Mineirinho contou com a participação de mais de duas mil pessoas e impactou grandemente a sociedade carioca da época. Em 1967, a vida de Mineirinho foi adaptada para o cinema, sob o título "Mineirinho Vivo ou Morto". A película contou com a direção de Aurélio Teixeira (ALMEIDA, 2014).

2. A NARRATIVA: DISCURSO E CONTRA-DISCURSO

Eu me transformei no Mineirinho, massacrado pela polícia. Qualquer que tivesse sido o crime dele uma bala bastava, o resto era vontade de matar. Era prepotência

(Clarice Lispector, em entrevista concedida a Julio Lerner, TV Cultura, em 1977).

O medo da literatura ainda é um grande medo por parte de historiadores e sociólogos. Temor infundado, pois pensar *com* a literatura significa produzir conexões com o tempo passado e o presente e que direciona o olhar ao mundo e as coisas a partir de suas indeterminações e devires (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005).

O ponto de entrecorte entre história, literatura e sociologia é, sem dúvida, a narrativa, pois através dela, podemos repensar historicamente as representações literárias de categorias e conceitos que são próprios da sociologia, como violência e crime.

A narrativa em Mineirinho inicia-se de modo subversivo, contrariando o senso comum: pela tentativa de Lispector em humanizar o "bandido", o assaltante, aquele que encarna ou *é* o próprio mal. Daí o esforço da escrita clariceana em restaurar a dignidade moral de José Miranda Rosa. Vê-se o intento já no título do texto, em diminutivo. Embora recorrer à alcunha do assaltante pudesse representar uma armadilha para a escritora, uma vez que a morte moral de "bandidos" inicia-se justamente pela negação de seus nomes e pela adoção de apelidos, geralmente, no diminutivo, Lispector subverte o uso das alcunhas, pois se trata, antes de tudo, de torná-lo gente, alguém próximo do coração, enfim, uma pessoa.

A observação sobre a dor que a morte de um facínora pode produzir e produziu, efetivamente, na narradora é precisa: "É suponho que é em mim, um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. [...]" (LISPECTOR, 1999, p. 123). E objetiva, em última instância, provocar o mesmo sentimento em seus leitores.

Essa dor, a lamentação e a indignação só podem nascer, efetivamente, quando quem é morto é percebido como um sujeito portador de humanidade. Lispector, assim, prefere contar os tiros que ceifaram a vida de Mineirinho, a seus crimes. O posicionamento ético de Clarice Lispector é muito claro, desde a primeira linha do texto: a linguagem entre os humanos deve ser o do encontro e o do diálogo. A força bruta é a palavra emparedada; é a negação das alteridades. E isso é particularmente válido para as instituições que deveriam zelar pelas nossas vidas e a integridade de nossos corpos.

Aqui há um deslocamento interessante. Sabe-se da herança do pensamento criminológico de cunho positivista elaborado na segunda metade do século XIX que atravessou o século XX e sobrevive até hoje, mostrando-se eficaz na construção do discurso sobre o criminoso e o crime, ao mesmo tempo em que legitima a existência do sistema de justiça criminal. A nosso ver, podemos tomar a narrativa clariceana como uma crítica a essa leitura apressada e superficial acerca do fenômeno criminal.

A preocupação, o controle e a vigilância com a figura do criminoso são muito recentes no ocidente, datando basicamente do século XIX em diante. Nesse particular, os trabalhos dos criminólogos italianos – Lombroso, Ferri e Garófalo – são importantes haja vista que privilegiaram a figura que comete a infração penal: o criminoso. Afinal, é contra ele que a sociedade deve ser protegida. O criminoso deve ser analisado, observado, pois só dessa maneira é possível aplicar as penas de acordo com as características psicossociológicas dos delinquentes; à criminologia coube, então, a tarefa de produzir um discurso científico sobre a figura do criminoso (RAUTER, 2003).

Será em torno da noção de periculosidade dos indivíduos que gravitarão todos os argumentos da criminologia positivista. O discurso criminalizante não está interessado em saber se os atos dos indivíduos estão em conformidade com a legislação penal. Sua preocupação está em identificar quais os caracteres físicos, as condições ambientais e sociais, os comportamentos que permitem indicar com precisão quem é o criminoso e porque chega a delinquir.

Quais são, então, as causas do crime? Para Lombroso (2007), médico italiano, a explicação do crime está no próprio criminoso. Ao estudar os delinquentes apenados, o autor sustentou que os mesmos são "programados" biologicamente para a delinquência, e trazem estampado em seu corpo os sinais do mal. Eis a tese do criminoso nato.

Ainda que se reconhecesse o exagero de Lombroso na explicação atávica do crime, estava lançada uma premissa básica no combate à criminalidade e na formulação de políticas criminais e de segurança pública de vários países. Os criminosos a serem combatidos distinguir-se-iam dos homens normais por seus caracteres físicos e fisiológicos peculiares. Os delinquentes apresentariam em seu corpo sinais visíveis de sua tendência para o crime. Enfim, "O fenótipo passava a ser entendido, portanto, como o 'espelho da alma' [...], no qual se refletiam virtudes e vícios" (SCHWARCZ, 1993, 166).

O criminoso, ainda, é uma aberração do ponto de vista dos sentimentos. Não sente compaixão, é indiferente à própria morte, é cruel na execução de seus crimes. Apresenta algumas tendências: entrega-se facilmente à gula, às orgias sexuais, aos jogos e à dança. É preguiçoso, inconstante, imprevidente, vaidoso, vingativo (SCHWARCZ, 1993). Lombroso, dessa maneira, lançava as bases para a sociologia criminal que seria desenvolvida por Enrico Ferri[2].

Ferri, sem ficar circunscrito ao determinismo biológico lombrosiano, sustenta que o crime é resultante da inter-relação de três causas: individuais (orgânicas e psíquicas), físicas (ambiente telúrico) e sociais (ambiente social) (ANDRADE, 2003).

Essa tríplice ordem de fatores produziria o criminoso como alguém imprevidente, preguiçoso, vaidoso, mentiroso, cruel, etc. O criminoso, dessa forma, poderia ser identificado por meio de seus vícios, de suas virtudes, de seus hábitos, de seus comportamentos. O criminoso é, sobretudo, um anormal moral (RAUTER, 2003).

A partir desse raciocínio, é possível sustentar uma divisão "científica" da sociedade quando se tem em vista o fenômeno criminal. Uma minoria de degenerados morais, distante da civilização e próximo da natureza, que é propensa a cometer crimes, enquanto que a sociedade é formada por pessoas idôneas (RAUTER, 2003).

Pois bem. Mineirinho havia sido capturado por essa rede de poder (FOUCAULT, 2010). Era considerado bandido de alta periculosidade. Causava terror

[2] A obra "Sociologia Criminale" de Ferri foi publicada pela primeira vez em 1891.

entre as elites cariocas. Com efeito, as suas prisões, penas impostas, perseguição e morte estavam alicerçadas sobre esses elementos elaborados pela criminologia positivista.

Lispector empreende um corajoso movimento de desconstrução desse discurso criminalizador, herança do século XIX e ainda muito forte na segunda metade do século XX. Contar os tiros que ceifaram a vida do "facínora", encadeá-los em um ritual de "purificação" de Mineirinho, para, finalmente, impactar o leitor com a afirmação cortante: "O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro". Trata-se, sim, de uma vingança privada. Daí que entre o primeiro tiro e o último, na contagem da autora, há um fosso: se as duas primeiras balas nos dão a ilusão da segurança – pois se trataria da eliminação de um bandido – a partir da terceira em diante é a convulsão moral e ética que se instala em Lispector: desassossego, vergonha, horror, apreensão enchem a alma da escritora, pois se trata da morte de um irmão:

> [...] Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e o décimo minha boca está tremula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 1999, p. 124).

Empreendimento desafiador: a narrativa pretende tocar em profundidade o leitor, chamando a atenção para o fato de que se trata de alguém, uma pessoa, com uma história, com dramas, esperanças e desesperanças. Esse "outro", enfim, invisível aos olhos dos cidadãos de bem, dos "sonsos essenciais", no dizer clariceano. Sim, somos cínicos, ingênuos e ignorantes ao lidar com o fenômeno criminal, pois nos voltamos contra o criminoso, e esquecemos que o crime é que é o erro e não o delinquente, e que o erro também é nosso.

Raramente nos perguntamos sobre a seletividade do sistema penal: porque algumas práticas são criminalizadas e outras não? Porque os crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, latrocínios) ocupam o centro de nossas atenções? Porque o sistema de justiça criminal é eficiente em criminalizar os estratos sociais mais vulneráveis, mas moroso e complacente com os grupos sociais mais poderosos da sociedade? Porque encarcerar? Porque os crimes contra a administração pública, contra o meio ambiente, contra a ordem econômica ficam, em sua maioria, impunes?

À ideia simplificadora do real, de que o crime pertence à ordem natural das coisas e de que apenas alguns são portadores do germe do mal, Lispector afirma: todos podemos ser lama e escuridão! Todos são, potencialmente, perigosos.

Aqui nessa passagem, há para nós uma separação entre crime e violência. O crime, enquanto rótulo jurídico-penal deve ser pensado em redes de poder, que produzem e reproduzem relações sociais assimétricas. A violência – lama e escuridão – parece ser, em Lispector – um implemento, um instrumento do qual todos os humanos podem lançar mão. Oportuno lembrar-se de Arendt: se a violência é mero instrumento ou implemento ela nada pode construir, tampouco criar ou sustentar o poder (ARENDT, 2011). Por isso que a casa construída – a sociedade, em nossa interpretação – é frágil e está invertida, segundo Lispector. Ela só protege uns poucos privilegiados. Há um contingente enorme de pessoas abandonadas à própria sorte.

No registro de Lispector, Mineirinho expôs, em vida, toda a sua violência e raiva. Note-se: trata-se de violência e não de crime. E Lispector chama essa violência de inocente! Por quê? Porque Mineirinho representa ou encarna no discurso criminalizador o bode expiatório, o "escolhido" para ser rotulado como criminoso e violento. Os sonsos e cínicos só podem dormir tranquilos porque há alguns a serem rotulados como pervertidos, estranhos, desviantes, bandidos: "[...] e mineirinho viveu por mim a raiva, enquanto eu tive calma" (LISPECTOR, 1999, p. 125).

Parece também existir nessas linhas outro alerta: o de que Mineirinho já havia sido abatido, há muito tempo. Sua invisibilidade e sua exclusão determinaram a sua morte moral, pois se o humano traz em si todas as potências, inclusive a da força bruta, ele pode conhecer o amor, a esperança e o encontro. Essa potência – um grama de *radium*, um grão de vida, no dizer clariceano – vem contida em placenta e sangue e é plástico, lançando os humanos em uma zona de indeterminação. Todavia, esse grão de vida pode ser desprezado e pisado. Esse grama de *radium* pode explodir em ódio, ira e destruição. Foi o que aconteceu com Mineirinho:

> [..] é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma [sic!] grama perigosa de *radium*, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador – em amor pisado; essa coisa que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com eu dê água a outro homem, não porque eu tenha água, mas porque, também eu, sei o que é sede [..] (LISPECTOR, 1999, p. 125).

Mas nada disso é considerado. Só interessa o homem e seu crime. Muito mais o homem criminoso, do qualquer outro aspecto: sua vida pregressa, seus "deslizes", suas passagens pela polícia, suas infrações, seus vícios. Visibilidade mesmo, esse criminoso terá quando for abatido. Morto sem o gorro e sem os sapatos com treze tiros em sua carne! Um excluído da história, pelo menos, daquela "vista de cima". Um "esquecido" da história que Clarice Lispector não nos deixa esquecer através de uma trama reflexiva e crítica do conformismo e paroquianismo da sociedade carioca da década de 1960.

Outro aspecto do conto digno de ser destacado é a crítica contundente ao sistema de justiça criminal. Lispector entende que, no caso de Mineirinho, trata-se de uma vingança brutal. Daí a afirmação da escritora de que apenas "Uma bala bastava. O resto era vontade de matar" [3]. Sim, o resto foi brutalidade. Foi barbárie.

A justiça penal está, sim, estruturalmente organizada para reproduzir as assimetrias sociais – sejam elas de classe, gênero ou racial – criminalizando os indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais débeis e imunizando as ações criminosas de segmentos poderosos.

Lispector repudia essa justiça, pois esse sistema interessa-se, sobretudo, pelos crimes individuais, avulsos, cometidos pelos estratos sociais menos abastados da sociedade, justamente por serem mais vulneráveis à malha penal do Estado.

A questão, no entanto, é que sequer foi dado a Mineirinho a chance de cumprir a pena imposta. Ele foi massacrado. Treze tiros o vitimaram. O fato é que a lógica do extermínio é aplicável, sim, aos "bandidos" irrecuperáveis, perigosos e que espalham o terror.

Com efeito, Mineirinho pode ser comparado ao "*homo sacer*" romano. Esse ser humano descartável e despojado de sua humanidade, segundo Agambem (2002), podia ser morto por qualquer um. Sua morte era lícita e consentida. Qualquer cidadão poderia tirar a vida do *homo sacer* sem que cometesse um crime, um homicídio. A licitude e a impunidade da matança definiam a condição do homem sacro.

A casa, do modo que está montada, está invertida; é frágil; e legitima a desigualdade. A ordem precisa ser subvertida, pois "quem entende desorganiza", afirma

[3] Entrevista de Clarice Lispector concedida a Julio Lerner, TV Cultura, em 1977. Disponível no site de compartilhamento de vídeos "Youtube". <http://www.youtube.com/watch?v=_aP4qgyu2o0>>. Acesso em 06.08.2014.

a escritora. Em Lispector, isso significa buscar o "terreno" ainda que a casa possa desmoronar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Clarice Lispector não pode ser acusada de atemporal, em que prevalece um existencialismo e um individualismo exacerbados sem conexões decifráveis com a realidade.

O conto "Mineirinho" um de seus favoritos, ao lado de "O ovo e a galinha" (1964), representa um diálogo profundo com as estruturas sociais; um diálogo perplexo, mas contundente entre a autora e o leitor, acerca de um fato que não deve ser esquecido jamais: a morte de Mineirinho pelas forças policiais; o *homicídio* de um "bandido" que assumiu características de uma brutal execução.

Presentes em "Mineirinho", as representações literárias de violência e crime resumem uma crítica à violência policial e à seletividade penal presentes na década de 1960 no Rio de Janeiro. E, a tentativa de humanizar José Miranda Rosa, o Mineirinho, representa os esforços de Clarice Lispector em perceber e compreender a relação delicada entre "nós" e o "outro". O décimo terceiro tiro em Mineirinho assassinou-a porque Lispector é também o "outro"; ela quer ser o "outro" porque escolheu sê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, Elizama. Quem foi Mineirinho: bastidores de uma crônica. Disponível em: **http://claricelispectorims.com.br/Posts/index/19**. Acesso em 31/10/2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima. Códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Hora da Estrela**: a relação entre a história e a literatura, uma questão de gênero? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LEITE, Carlos Willian. A última entrevista de Clarice Lispector. **Revista Bula**. 2012. Disponível em: http://www.revistabula.com/503-a-ultima-entrevista-de-clarice-lispector/. Acesso em 31/10/2014.

ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de "Mineirinho", de Clarice Lispector. In: **Estudos Avançados**. Vol. 24, nº 69. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10519/12261. Acesso em: 25/10/2014.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinqüente**. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. São Paulo: Revan, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.